



CENTRO INTEGRADO DE ENSINO SUPERIOR DE FLORIANO
FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DE FLORIANO - FAESF
RUA FÉLIX PACHÊCO, 1206 BAIRRO: MANGUINHA
FONE: (89) 3521-6512 ou 3521-2956 CNPJ: 04.899.971/0001-76

COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

RESOLUÇÃO DIR. N.º 002/08

“Dispõe sobre a regulamentação do Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito FAESF”

A COORDENADORA DO CURSO DE DIREITO DA FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DE FLORIANO - FAESF, no uso de suas atribuições regimentais, considerando a necessidade de estabelecer normas operacionais e regulamentação do Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito FAESF”

RESOLVE:

I - DA CRIAÇÃO, FINALIDADE E ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

Art. 1º - O Núcleo de Prática Jurídica-NPJ do Curso de Direito da FAESF, organiza-se sob a inspiração do Parecer do CNE/CES nº 9, de 29 de setembro de 2004, art. 7º, e legislação correlata de suporte, destinando-se a constituir o setor em que os acadêmicos do Curso Jurídico referido atendam nas atividades que compõem o campo de atuação do Núcleo e cumpram as atividades de formação em prática jurídica indispensáveis à graduação em Direito.

Art. 2º - Com a finalidade básica consignada no artigo anterior, o Núcleo de Prática Jurídica desenvolve suas atividades em estrutura a isto adequada, destacando-se:

- - Sala de Coordenação e Secretaria Administrativa;
- - Salas de atendimento às partes que a seus serviços acorram;
- - Salas de professores e instrutores de prática jurídica;

Art. 3º - São atribuições do NPJ:

- a) supervisionar, orientar e controlar os estágios promovidos no Núcleo, em especial o **Estágio Supervisionado**, previsto como obrigatório para o Curso de Direito da FAESF;
- b) avaliar e registrar, em arquivos próprios, as atividades práticas desenvolvidas pelos alunos do Curso Jurídico da FAESF, comunicando os resultados respectivos aos setores afins;
- c) manter permanente serviço de assistência jurídica à população que careça dos serviços de assistência jurídica, prestados por alunos do Curso de Direito, por meio de Convênios com as instituições pertinentes, quando for o caso;
- d) promover projetos de extensão, inclusive na forma de **cursos de extensão**, e de **pesquisa jurídica**, afins aos objetivos do NPJ, envolvendo os alunos, professores e a comunidade em geral, inclusive organizando a prestação de serviços gratuitos às comunidades;
- e) manter programas de serviços prestados à comunidade, incluído o desenvolvimento de programas que proporcionem ao Curso de Direito da FAESF ingressos financeiros que concorram à ampliação e melhoria de seus atendimentos;
- f) atuar em harmonia com as **unidades jurisdicionais** (juizados especiais e varas de assistência judiciária) através de convênios com o Poder Judiciário e a Defensoria Pública do Estado do Piauí, emprestando-lhes apoio e com eles compondo um sistema eficiente de atendimento público; além das finalidades de introdução dos acadêmicos à prática profissional;
- g) organizar e controlar, preparando o atendimento jurídico, oportunamente, o serviço de triagem, a cargo do serviço social, cujos estagiários e instrutores (assistentes sociais) atuarão em separado e, sempre, antes de qualquer outro atendimento,

- especialmente o jurídico, conciliando-se neste atendimento interdisciplinar a assistência psicológica e outras afins;
- h) organizar a editoração e divulgação, inclusive a comercialização, quando for o caso, de roteiros práticos resultantes de **relatórios de projetos** desenvolvidos no NPJ, **manuals de orientação** a usuários de seus serviços e outros produtos de suas atividades.
 - i) Acompanhar, organizar e atestar as atividades práticas que, nos termos de instruções e resoluções da Coordenação do Curso de Direito, são exigidos dos acadêmicos que não estiverem vinculados a estágios em empresas privadas, escritórios ou órgãos públicos, ou não atenderem em **Estágio Profissional**, nos termos de Convênios celebrados entre a FAESF e instituições jurídicas, como parte das atividades das disciplinas Prática Jurídica I, II, III e IV.

II – DO USO DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

Art. 4º - As instalações e equipamentos do Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito, bem como os **projetos de extensão** nele desenvolvidos, são freqüentados, exclusivamente, por estagiários devidamente **credenciados**, em cada **projeto especial** no Núcleo de Prática Jurídica.

Art. 5º – É absolutamente proibida a entrada e a permanência, nas dependências internas do Núcleo de Prática Jurídica, de terceiro que não seja funcionário, ou participante credenciado de projeto ou evento do NPJ, bem como sempre sendo indispensável a identificação pessoal pelo crachá ou carteira pertinente.

Art. 6º – O uso dos computadores do Núcleo é privativo de funcionários da Faculdade, cabendo ao Coordenador do NPJ, em cada caso, e pelo **termo de responsabilidade** próprio, autorizar o uso excepcional do equipamento por aluno, de um modo geral, e aos estagiários do Núcleo de Prática Jurídica, em especial.

Art. 7º – É absolutamente vedada a utilização, por terceiros, de disquetes, cds e pen drive nos computadores do Núcleo de Prática Jurídica sem que o autorize o encarregado geral da Secretaria do NPJ.

Parágrafo único – É vedado, de um modo geral, o uso dos computadores, e seus complementos, para trabalhos pessoais, ressalvados os casos autorizados pelo Coordenador do Núcleo.

Art. 8º – É rigorosamente proibido fumar nas dependências do NPJ.

III – DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

Art. 9º - São eminentemente práticas as atividades do NPJ realizadas em várias áreas específicas, utilizadas as aulas prelecionadas apenas complementarmente, compreendendo:

- a) atividades no atendimento à comunidade de Florianópolis e municípios da região, nos **Projetos Especiais**, orientados por instrutores profissionais mantidos pelo NPJ em áreas jurídicas diversas, na conformidade dos documentos que definem estes Projetos no NPJ;
- b) as atividades de atendimento à comunidade florianense e adjacentes, na área de consumidor, mantido este projeto junto com o PROCON/Pi, através do Ministério Público local e outros órgãos;
- c) outras atividades de atendimento à comunidade florianense e adjacentes, constantes nos **Projetos Especiais** que venham ser implantados pelo NPJ/FAESF.

Parágrafo 1º - As atividades básicas, no NPJ, para o **Estágio Profissional** compreendem:

- a) freqüências a audiências e sessões de órgãos afins à atuação do Estágio, bem como **visitas técnicas** a escritórios profissionais jurídicos e instituições do círculo profissional em que atuará o graduando e **entrevistas técnicas** com profissionais militantes, tendo em vista a assimilação dos procedimentos técnicos postos em prática pelos profissionais entrevistados, realizados todos estes encargos

- acadêmicos sempre com a presença ou a orientação, pelo roteiro próprio, de cada instrutor de prática jurídica, conforme estabelecido pela Coordenação do NPJ;
- b) formação de processos simulados, com redação de peças e atos profissionais, inclusive processos administrativos e ético-disciplinares, neste caso, relativos ao exercício da advocacia, observado um número mínimo de atuação conforme determinação da Coordenação do NPJ;
 - c) exame de autos concretos, judiciais e não judiciais, conforme roteiro prévio organizado pelo professor de prática jurídica, com estudos dos casos freqüentados, conforme a disciplina de prática;
 - d) participação efetiva em **assistência jurídica** real, ofertada graciosamente à comunidade florianense e adjacentes mais carente de recursos econômicos, em atuação por plantões ou escalas de horários, a juízo da Coordenação do NPJ, em **projetos especiais** mantidas pelo Núcleo, na sede do Núcleo ou fora dela, na forma de atendimento fixo externo ou em unidades volantes, postas à ordem dos Projetos do NPJ, pela própria FAESF ou por outras Instituições, pelo Convênio próprio;
 - e) simulação de audiências ou sessões, de órgãos judiciários ou não, abrangendo sustentações orais, atuação no Tribunal do Júri e outras instâncias, atividades comprovadas pelos relatórios específicos prestados à Coordenação respectiva.

Parágrafo 2º - Os **relatórios** e demais **comprovantes das atividades práticas** cumpridas, bem como os materiais reunidos em decorrência destas atividades, serão submetidas à avaliação pelo docente ou **instrutor de prática jurídica** responsável e, em seguida, devidamente organizados em arquivos do Núcleo.

Art. 10 - Mediante Convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil-PI e outras instituições profissionais, o Núcleo manterá atividades de **Estágio Profissional**, prestadas em escritórios de advocacia, em órgãos ou escritórios de outros profissionais, em serviços jurídicos ou cartorários, tabelionatos, Juntas Comerciais, etc., podendo servir estas mesmas atividades para a integralização da carga horária do Estágio de Prática Jurídica, nos limites e nos termos das normas pertinentes e, em especial, nas do Curso de Direito da FAESF.

IV – DO REGIME DE HORÁRIO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

Art. 11 – O regime de horários do Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito compreende os que forem determinados pela FAESF através da Coordenação do Curso de Direito.

V – DA ESTRUTURA DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

Art. 12 – A estrutura do Núcleo de Prática Jurídica é integrada na do Curso de Direito, compreendendo atualmente:

- - Uma **Coordenação** , com as atribuições definidas pela Coordenação do Curso de Direito, por Resolução própria, e as constantes deste Regimento.
- Um **Quadro de Instrutores de Prática Jurídica** – formado pelos professores do quadro e/ou convidados;
- - Uma **Secretaria**, incumbida da organização do expediente geral, do primeiro atendimento do Núcleo e de dar suporte administrativo à Coordenação do NPJ.
- - Um **Quadro de Monitores**, por projeto ou atividade desenvolvida no Núcleo, com atribuição de dar suporte à Coordenação do NPJ, sob a forma de orientação aos demais alunos e complementação, com os instrutores de prática jurídica e com a coordenação do Núcleo, do acompanhamento dos estagiários de um modo geral no Curso de Direito, um desses alunos designado como monitor geral, cabendo-lhe coordenar e orientar os demais monitores do NPJ.
- - Um **quadro de estagiários**, abrangendo tanto a estagiários voluntários quanto os bolsistas com o devido credenciamento, em cada caso, neste quadro constando, ainda, os estagiários do Estágio Profissional;

- - Um **Centro de Dados** (Biblioteca), Setorial, para uso exclusivo nas atividades desenvolvidas no NPJ, não podendo as unidades (livros, listas, etc) do seu acervo serem deslocadas do NPJ;

Art. 13 – As disposições da presente Resolução podem ser alteradas, por Resolução do Colegiado do Curso de Direito, sob proposição do Coordenador do NPJ ou da Coordenação do Curso.

Parágrafo Único – Qualquer docente e aluno do Curso de Direito pode recomendar medidas que concorram ao aperfeiçoamento das atividades do NPJ, sempre fazendo-o formalmente, pela exposição de motivos competente e sempre encaminhada à Coordenação do NPJ que encaminhará à Coordenação do Curso com sua análise.

Art. 15 – As situações decorrentes da aplicação desta Resolução serão resolvidas, originariamente, pela Coordenação do **NPJ**, e na alçada da Coordenação do Curso de Direito, como matéria recursal, quando for o caso.

Art. 16 – A presente Resolução aprovada pelo Colegiado do Curso de Direito em reunião realizada dia 31 de julho de 2008, entrará em vigor na data de sua publicação..

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Floriano(PI), julho de 2008.

Prof^a. Francisca Ramos de Araújo Lima
Coordenadora do Curso de Direito